



## MINUTA DE EDITAL

### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS E ITEM NÃO EXCLUSIVO Nº 049/2022**

#### **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2022 Processo Administrativo n.º 17.524/2022**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da **Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos**, realizará licitação, para registro de preços, na **modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, do tipo **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 093, de 15 de março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 057/2009 de 11 de março de 2009 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão 29/08/2022

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a futura e eventual aquisição de **material de expediente**, que será utilizado pelas **Secretarias Municipais de Administração (SEMAD), de Fazenda (SEMFA), de Gestão Integrada e Projetos Especiais (SEMGIFE), de Desenvolvimento Urbano (SEMDUR), de Conservação (SEMCON) e demais Secretarias que compõem a estrutura organizacional da Administração direta deste Município**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

2.2. Os órgãos participantes serão as Secretarias Municipais de Administração (SEMAD), de Fazenda (SEMFA), de Gestão Integrada e Projetos Especiais (SEMGIFE), de Desenvolvimento Urbano (SEMDUR), de Conservação (SEMCON) e demais Secretarias que compõem a estrutura organizacional da Administração direta deste Município.



### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação
- 3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual defluiu em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3. **As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, § 3º do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.**
- 4.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a



ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.5.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

## 5 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1 Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, cuja finalidade social abranja o objeto deste certame, sendo que para os **Itens Exclusivos** correspondentes aos itens com valores máximos estimados de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados **exclusivamente** a participação de **MEI/ME/EPP e Equiparadas que são os itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38 e 39**, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014 e, para o **item NÃO EXCLUSIVO correspondente ao item com valor estimado acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) que é o item: 37, e**, todos identificados na Proposta Comercial – **Anexo III do Edital**, destinados a participação tanto de **MEI/ME/EPP e Equiparadas** como também de quaisquer empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018.

5.1.1 Na hipótese de deserção ou fracasso dos itens destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas na forma do item anterior, será realizada a republicação do edital, com ampla participação, sem exclusividade para os respectivos itens, o que será precedido de competente justificativa e autorização pelas autoridades competentes.

### 5.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.4. empresas que se encontrem sob o regime falimentar **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**

5.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



**5.3.1.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**5.3.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

**5.3.3.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**5.3.4.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**5.3.5.** que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

**5.4.** Para fins de este Edital, entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

**5.4.1.** Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 128/08.

**5.4.2.** Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequenos Porte doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**6.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**6.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**6.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.1.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, limitado a quatro casas decimais.**

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

- 8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).



8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. No país;

8.28.2. Por empresas brasileiras;

8.28.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. **O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

8.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal nº 093/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;





9.4. A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, acompanhado com manuais/folders/encartes de cada item que compõe o grupo vencedor, se for o caso; proposta vencedora, **DEVERÁ** ser enviada **ELETRONICAMENTE**, **NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas** contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “**ENVIAR ANEXO**” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, §6º).

**9.4.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.**

9.5. Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: [pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br](mailto:pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br) contendo o “printscreen” da tela e aviso por telefone **(21) 2199-6382**. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

9.6. Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: [pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br](mailto:pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br) e aviso por telefone **(21) 2199-6382** ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja comprovadamente compatível com o objeto desta licitação, conforme documentação apresentada, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

10.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente do da licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.3. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.4. As licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **10.5. Habilitação jurídica**

10.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

10.5.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento oficial comprobatório de identificação de seus sócios e administradores;

10.5.4. Caso o participante seja sucursal, filial ou agência, deve ser apresentada inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde opera, com devida averbação também no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde tem sede a matriz;

10.5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação e documento comprobatório de identificação dos sócios e seus administradores;

10.5.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



10.5.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina o art. 1.134 do Código Civil Brasileiro.

10.5.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da Consolidação respectiva.

10.5.9. Caso a licitante tenha constituído(s) procurador(es) que venha(m) atuar no presente processo, deverá ser encaminhada a procuração, emitida e registrada na forma da lei, acompanhada de documento oficial comprobatório de identificação do(s) procurador(es).

#### **10.6. Regularidade fiscal e trabalhista**

10.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.6.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.6.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.6.5. Prova de regularidade para com o Estado da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

10.6.6. Prova de regularidade para com o Município da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

10.6.7. Caso a licitante seja considerada isenta de inscrição e/ou dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.6.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.6.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.6.10. Todos os documentos constantes nos subitens acima deverão ter validade na data



estipulada no preâmbulo do Edital para envio da proposta.

10.6.11. Caso a licitante detentora do menor preço seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para que receba o tratamento diferenciado previsto na legislação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.6.12. A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ocasionará a imediata inabilitação da licitante.

## 10.7. Qualificação Econômico-Financeira

10.7.1. Certidão negativa de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.7.1.1. A licitante que tenha sede onde na Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

10.7.1.2. As certidões descritas **no subitem 11.7.1** que não possuam prazo de validade expresse deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

10.7.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

10.7.2.1. Não serão aceitos documentos contábeis com indicação de CNPJ ou NIRE diferentes do da licitante.

10.7.2.2. É vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços provisórios.

10.7.2.3. O prazo de vigência das Demonstrações Contábeis, e consequente aceitação destas, será considerado conforme previsto no inciso I do art. 1.078 do Código Civil.

10.7.2.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício financeiro (art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.7.2.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade;



10.7.2.6. É admissível o Balanço intermediário, se decorrer de lei ou Contrato Social/Estatuto Social.

10.7.2.7. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.7.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), em que se encontre resultados superiores a 1 (um), conforme aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.7.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## 10.8. Qualificação Técnica

10.8.1. Conforme determina a Lei nº 8.666/93, além da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, será considerada habilitada no certame a empresa que apresentar:

10.8.1.1. No mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica em seu nome, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a capacidade para fornecer o objeto desta licitação.

10.8.1.2. Caso tenha havido alteração na razão social e o atestado de capacidade técnica tenha sido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.

10.8.1.3. Será permitido o somatório de atestados.

10.8.1.4. Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela LICITANTE, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) realizado(s). Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

10.8.1.5. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido pela própria licitante.

10.8.1.6. A exigência de qualificação técnica faz-se necessária visando atender ao regramento do art. 27, II, c/c art. 30, §§1º e 4º, todos da Lei nº 8.666/93 e ao da alínea “d” do inciso XI do art. 3º do Decreto nº 093/2021, de modo a verificar a aptidão das licitantes para o cumprimento das obrigações objeto do certame.

10.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.12.1. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.





10.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.16. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.17. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.20. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

10.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contada solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, conforme os subitens 9.4 a 9.7 deste edital, e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



- 11.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 11.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 11.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 11.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.8.1. A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/folders, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

## 12. DOS RECURSOS

- 12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias **corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



### **13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

#### **13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:**

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. Convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **15. DO PREÇO**

15.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

### **16. DO PAGAMENTO**

16.1 Os pagamentos serão creditados em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, desde que o pedido seja instruído com:

- a) Nota Fiscal devidamente atestada pelos 02 (dois) Fiscais do Contrato;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);



- c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo.

16.2 O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

16.3 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento e montagem dos bens, assim como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1. Tendo em vista a natureza do objeto, não serão admitidas subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto do deste Termo, associação da CONTRATADA com outrem, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação não aceita pelo CONTRATANTE, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra empresa e comprometa a execução do contrato.

## **18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

18.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**18.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do**



**certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;**

## **19. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

19.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.



## **20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

22.1. Pela mora na execução e/ou inexecução total ou parcial do objeto definido neste Termo de Referência, o CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as penalidades previstas na legislação pertinente.

21.1. Serão aplicadas penalidades no caso de execução do objeto deste Termo em desacordo com as especificações e com a proposta fora dos prazos estabelecidos e quando não forem cumpridas as condições de garantia contra falhas e ou defeitos, tais como:

21.1.1. Advertência;

21.1.2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

21.1.3. Suspensão temporária;

21.1.4. Declaração de inidoneidade.

### **21.2. Aplicação da Advertência por escrito:**

21.2.1. Caso a CONTRATADA infrinja quaisquer das obrigações ajustadas no Contrato e for a primeira falta, ser-lhe-á aplicada uma Advertência por escrito. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

### **21.3. Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:**

21.3.1. Os servidores designados a exercerem a fiscalização da execução do contrato, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93.

21.3.2. A multa à que se referem o art. 86 e o inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93 pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

- a) por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;
- b) por inexecução total ou parcial;
- c) no caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

**d)** no caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 8% (oito por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

21.3.3. Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

21.3.4. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

21.3.5. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

21.3.6. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

21.3.7. As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser a CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, consoante a regra prevista na alínea “f” do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

21.3.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do Secretário Municipal de Administração.

21.3.9. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado, será promovido o desconto do valor devido, primeiramente executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

21.3.10. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública.

21.4. Será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

21.5. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo Secretário Municipal de Administração.



21.5.1. **Suspensão temporária:** É a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado no Diário Oficial.

21.5.2. Declaração de inidoneidade: É a declaração que impede a **Empresa Licitante** ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

21.5.3. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para apreciação, antes de ser publicado.

## **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail [pregaoeletronico@pmg.rj.gov.br](mailto:pregaoeletronico@pmg.rj.gov.br).

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – Termo de Referência;**

Anexo I do Termo de Referência - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E QUANTIDADES

Anexo II do Termo de Referência - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

**ANEXO II** – Proposta Comercial

**ANEXO III** – Planilha Orçamentária;

**ANEXO IV** – Ata de Registro de Preços;

São Gonçalo, 15 de agosto de 2022.

**Rodrigo Torregrosa Oliveira**

Secretaria Municipal de Administração

Mat.: 126.783



21.5.4. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

21.5.5. As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser a CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, consoante a regra prevista na alínea “f” do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

21.5.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do **Secretário Municipal de Administração**.

21.5.7. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado, será promovido o desconto do valor devido, primeiramente executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

21.5.8. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à **Administração Pública**.

21.5.9. Será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

**21.6. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo Secretário Municipal de Administração.**

21.6.1. **Suspensão temporária:** É a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado no Diário Oficial.

21.6.2. Declaração de inidoneidade: É a declaração que impede a **Empresa Licitante** ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

21.6.3. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para apreciação, antes de ser publicado.

**25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**



22.10. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.11. A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail [pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br](mailto:pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br).

22.12. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

22.13. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.14. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.15. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.16. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.17. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.18. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.15. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.16. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

23.17. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.18. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.19. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.21. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.23. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.24. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Termo de Referência;

Anexo I do Termo de Referência - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E QUANTIDADES

Anexo II do Termo de Referência - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**ANEXO II** – Proposta Comercial

**ANEXO III** – Planilha Orçamentária;

**ANEXO IV** – Ata de Registro de Preços;

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**Rodrigo Torregrosa Oliveira**  
Secretaria Municipal de Administração  
Mat.: 126.783



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO ELETRÔNICO

#### Intenção de Registro de Preços:

☒ Sim      ☐ Não

#### 1. DA INTRODUÇÃO

1.1. O Município de São Gonçalo, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, deflagra o presente Termo de Referência visando à instauração de procedimento licitatório, cujo objeto é a aquisição futura e eventual de **material de expediente** pelas **Secretarias Municipais de Administração (SEMAD), de Fazenda (SEMFA), de Gestão Integrada e Projetos Sociais (SEMGIFE), de Desenvolvimento Urbano (SEMDUR), de Conservação (SEMCON)**, mediante licitação na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, a ser processada na forma de registro de preços.

#### 2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Referência é aquisição futura e eventual de **material de expediente**, que será utilizado pelas **Secretarias Municipais de Administração (SEMAD), de Fazenda (SEMFA), de Gestão Integrada e Projetos Sociais (SEMGIFE), de Desenvolvimento Urbano (SEMDUR), de Conservação (SEMCON)** e demais Secretarias que compõem a estrutura organizacional da Administração direta deste Município, conforme as condições e especificações constantes neste Termo.

2.2. Ressalta-se que as quantidades informadas neste Termo se referem à estimativa de consumo para o período de 12 (doze) meses.

#### 3. DAS JUSTIFICATIVAS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO

##### 3.1. Secretaria Municipal de Administração (SEMAD):

3.1.1. A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), anualmente, deflagra certame licitatório visando à aquisição de materiais diversos, com o fito de guarnecer todos os setores administrativos que a compõem, bem com as Secretarias municipais desta Administração direta e, consequentemente, viabilizar o perfeito funcionamento de todas as Secretarias, seja no expediente interno diário, seja na prestação de serviços aos públicos interno e externo, também diariamente.



**3.1.2.** Recentemente, a SEMAD realizou certame licitatório, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, processado pelo sistema de registro de preços<sup>1</sup>, cujo objeto fora a aquisição futura e eventual de **material de expediente** que poderia vir a ser utilizado pela SEMAD e por outras Secretarias durante o período de vigência da respectiva Ata de Registro de Preços.

**3.1.3.** O aludido certame seguiu seu trâmite regular, sendo, ao final, devidamente homologado por decisão exarada por esta SEMAD nos autos do Processo Administrativo nº 39.024/2020, a qual restou publicada no Diário Oficial Eletrônico deste Município, do dia 04 de fevereiro do corrente ano.

**3.1.4.** Porém, dos 83 (oitenta e três) itens que foram objeto do referido certame, 39 (trinta e nove) restaram desertos, pela ausência de interesse por parte das licitantes que participaram do pregão em apresentar propostas para tais itens.

**3.1.5.** Diante desse resultado, e considerando que esses itens são de suma importância para o bom e regular funcionamento da SEMAD e das demais Secretarias, imperioso se faz deflagrar-se novo certame licitatório, de modo a possibilitar, efetiva e legalmente, a aquisição desses itens pelo preço devidamente registrado em Ata e durante seu período de vigência, a depender da necessidade e conveniência de cada Secretaria.

**3.1.6.** Desse modo, a pretensão de deflagrar-se novo certame licitatório resta justificada, pois os bens que restaram desertos possuem o objetivo de garantir e proporcionar aos servidores públicos em exercício na SEMAD e nas demais Secretarias não participantes deste certame os meios necessários ao exercício de suas atribuições relacionadas ao expediente e, de igual modo, proporcionar à população Gonçalense uma prestação de serviços de qualidade e eficiente, consoante os ditames da Constituição da República Federativa do Brasil, em especial aqueles constantes do *caput* do art. 37.

### **3.2. Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFA):**

**3.2.1.** Visando à manutenção dos serviços prestados pela SEMFA, considerando as características socioeconômicas do público atendido pela Secretaria, a utilização do papel na emissão de documentos de cobrança e tramitação de procedimentos administrativos, ainda se faz presente e necessária.

**3.2.2.** Verifica-se a necessidade de reposição dos itens objeto deste Termo de Referência, pois, do contrário, poderá haver sérios prejuízos à manutenção das atividades afetas à Secretaria e, consequentemente, à população.

**3.2.3.** Assim, resta justificada sua pretensão, cuja especificação dos bens e respectivo quantitativo constam do Anexo I deste Termo.

### **3.3. Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Sociais (SEMGIFE):**

**3.3.1.** A SEMGIFE possui em sua estrutura organizacional três subsecretarias, uma superintendência e o Gabinete do Chefe da Pasta. Por essa razão, necessário se faz adquirir os materiais de expediente

---

<sup>1</sup> Pregão Eletrônico PMSG Nº 00102/2021 (SRP) – Processo Administrativo nº 39.024/2020.



objeto deste Termo, de modo a oferecer aos seus servidores insumos necessários ao cumprimento de suas atribuições e, conseqüentemente, prestar um serviço de qualidade.

**3.3.2.** Assim, resta justificada sua pretensão, cuja especificação dos bens e respectivo quantitativo constam do Anexo I deste Termo.

**3.4. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEMDUR):**

**3.4.1.** A SEMDUR, de igual forma, visando à manutenção de suas atividades e da consequente prestação de seus serviços, necessita repor os itens objeto deste Termo de Referência, pois, do contrário, poderá haver sérios prejuízos na rotina de expediente diário e, conseqüentemente, à população.

**3.4.2.** Assim, resta justificada sua pretensão, cuja especificação dos bens e respectivo quantitativo constam do Anexo I deste Termo.

**3.5. Secretaria Municipal de Conservação (SEMCON):**

**3.5.1.** A SEMCON foi criada pela Lei nº 1.324, de 17 de março de 2022 e abrange em sua estrutura organizacional as Unidades Administrativas de Parques e Jardins e de Limpeza Urbana.

**3.5.2.** Dessa forma, a SEMCON, visando à manutenção de suas atividades e da consequente prestação de seus serviços, entende que se faz necessária a licitação dos itens objeto deste Termo de Referência, por meio de sistema de registro de preços, de modo a viabilizar a aquisição futura e eventual dos materiais de expediente, pois, do contrário, poderá haver sérios prejuízos na rotina de expediente diário e, conseqüentemente, à população.

**3.5.3.** Assim, resta justificada sua pretensão, cuja especificação dos bens e respectivo quantitativo constam do Anexo I deste Termo.

**3.6.** Diante das justificativas supra, verifica-se persistir a necessidade desta Administração Pública em licitar a estimativa do quantitativo dos bens especificados no **Anexo I** deste Termo, de modo a viabilizar a aquisição futura e eventual dos referidos bens, caso convenientes e oportunos, durante a vigência da Ata de Registro de Preços que se visa lavrar.

**4. DA MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO**

**4.1.** A presente licitação será na modalidade **pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, a ser processada na forma de registro de preços**, em consonância com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 c/c os Decretos nº 057/2009 e nº 093/2021.

**4.2.** Nos termos do Decreto nº 057/2009, a Secretaria Municipal de Administração – SEMAD será o Órgão Gestor.

**5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS**

**5.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de **bens comuns**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo, pelo Edital e por meio



de especificações reconhecidas e usuais do mercado, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 3º, II, do Decreto nº 093/2021.

## **6. DO FUNDAMENTO LEGAL**

**6.1.** A aquisição, futura e eventual, dos bens objeto deste Termo tem amparo legal nos Decretos nº 057/2009 e nº 093/2021 e, subsidiariamente, nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

## **7. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E QUANTIDADES**

**7.1.** Os bens e suas respectivas quantidades estimadas encontram-se discriminados no **Anexo I** deste Termo.

## **8. DA ENTREGA**

**8.1.** Os materiais que se visa adquirir deverão ser entregues **em até 30 (trinta) dias corridos**, a partir do pedido formal de fornecimento feito pelo CONTRATANTE, por intermédio das Secretarias participantes deste certame, o que ocorrerá por meio de emissão da nota de empenho ao fornecedor, **nos seguintes endereços:**

- a) **SEMAD:** Travessa Uriscina Vargas, nº 36, Mutondo, São Gonçalo/RJ, no horário das 09h às 16h – Almoxarifado-Central;
- b) **SEMFA:** Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ, no horário das 09h às 16h;
- c) **SEMGIFE:** Av. São Gonçalo, nº 100, G2, loja 201B, Boa Vista, São Gonçalo/RJ, no horário das 09h às 16h;
- d) **SEMDUR:** Rua Coronel Rodrigues, nº 26 – Centro, São Gonçalo/RJ, no horário das 09h às 16h; e
- e) **SEMCON:** Rua Coronel Rodrigues, nº 26 – Centro, São Gonçalo/RJ, no horário das 09h às 16h.

**8.2.** A CONTRATADA compromete-se a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos fornecidos, bem como a efetuar a substituição, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis** e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado e inutilizado.

**8.3.** A CONTRATADA responsabiliza-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir quando do fornecimento dos materiais; ficando a cargo do CONTRATANTE somente arcar com o pagamento dos valores constantes da proposta comercial que restar vencedora.

## **9. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

**9.1.** Não será admitida a participação de empresas reunidas em Consórcio, por tratar o presente de registro de preços para futuro e eventual fornecimento de objeto simples, usual e comum, sem maiores especificidades ou dificuldade de fornecimento por adjudicatário de forma isolada.

## **10. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**



**10.1.** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**10.1.1.** Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

**10.1.2.** Marca;

**10.1.3.** Fabricante;

**10.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**10.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

**10.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**10.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**10.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**10.6.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte das licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

**11.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja comprovadamente compatível com o objeto desta licitação, conforme documentação apresentada, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

**11.2.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente do da licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.

**11.3.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.





**11.4.** As licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**11.5. Habilitação jurídica**

**11.5.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.5.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**11.5.3.** No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento oficial comprobatório de identificação de seus sócios e administradores;

**11.5.4.** Caso o participante seja sucursal, filial ou agência, deve ser apresentada inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde opera, com devida averbação também no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde tem sede a matriz;

**11.5.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação e documento comprobatório de identificação dos sócios e seus administradores;

**11.5.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**11.5.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina o art. 1.134 do Código Civil Brasileiro.

**11.5.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da Consolidação respectiva.

**11.5.9.** Caso a licitante tenha constituído(s) procurador(es) que venha(m) atuar no presente processo, deverá ser encaminhada a procuração, emitida e registrada na forma da lei, acompanhada de documento oficial comprobatório de identificação do(s) procurador(es).

**11.6. Regularidade fiscal e trabalhista**

**11.6.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**11.6.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**11.6.3.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;



**11.6.4.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**11.6.5.** Prova de regularidade para com o Estado da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

**11.6.6.** Prova de regularidade para com o Município da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

**11.6.7.** Caso a licitante seja considerada isenta de inscrição e/ou dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**11.6.8.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.6.9.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**11.6.10.** Todos os documentos constantes nos subitens acima deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo do Edital para envio da proposta.

**11.6.11.** Caso a licitante detentora do menor preço seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para que receba o tratamento diferenciado previsto na legislação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.6.12.** A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ocasionará a imediata inabilitação da licitante.

## **11.7. Qualificação Econômico-Financeira**

**11.7.1.** Certidão negativa de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**11.7.1.1.** A licitante que tenha sede onde na Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

**11.7.1.2.** As certidões descritas no subitem 11.7.1 que não possuam prazo de validade expresse deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

**11.7.2.** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.



- 11.7.2.1.** Não serão aceitos documentos contábeis com indicação de CNPJ ou NIRE diferentes do da licitante.
- 11.7.2.2.** É vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços provisórios.
- 11.7.2.3.** O prazo de vigência das Demonstrações Contábeis, e consequente aceitação destas, será considerado conforme previsto no inciso I do art. 1.078 do Código Civil.
- 11.7.2.4.** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício financeiro (art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 11.7.2.5.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 11.7.2.6.** É admissível o Balanço intermediário, se decorrer de lei ou Contrato Social/Estatuto Social.
- 11.7.2.7.** Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 11.7.3.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), em que se encontre resultados superiores a 1 (um), conforme aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**11.7.4.** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item



pertinente.

## **12. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**12.1.** Conforme determina a Lei nº 8.666/93, além da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, será considerada habilitada no certame a empresa que apresentar:

**12.1.1.** No mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica em seu nome, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a capacidade para fornecer o objeto desta licitação.

**12.1.2.** Caso tenha havido alteração na razão social e o atestado de capacidade técnica tenha sido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.

**12.1.3.** Será permitido o somatório de atestados.

**12.1.4.** Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela LICITANTE, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) realizado(s). Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

**12.2.** Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido pela própria licitante.

**12.3.** A exigência de qualificação técnica faz-se necessária visando atender ao regramento do art. 27, II, c/c art. 30, §§1º e 4º, todos da Lei nº 8.666/93 e ao da alínea “d” do inciso XI do art. 3º do Decreto nº 093/2021, de modo a verificar a aptidão das licitantes para o cumprimento das obrigações objeto do certame.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR E ENTREGA DO OBJETO**

### **13.1. A CONTRATADA:**

**13.1.1.** Obriga-se a efetuar a entrega dos materiais objeto deste Termo de Referência em perfeitas condições e no prazo e local indicados no **subitem 8.1**, em estrita observância às especificações deste instrumento, do Edital e da proposta, acompanhados das respectivas notas fiscais, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**13.1.2.** Responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

**13.1.3.** Obriga-se a atender prontamente a quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerentes ao objeto da presente licitação.



**13.1.4.** Os deveres previstos nos subitens anteriores implicam na obrigação de a CONTRATADA, a critério do CONTRATANTE, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, o produto com avarias ou prazo de validade vencido.

**13.1.5.** Deve comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem à data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**13.1.6.** Deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.1.7.** Não deve transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste **Termo de Referência** ou no contrato, este último caso necessário.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

**14.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**14.1.1.** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Termo;

**14.1.2.** Rejeitar, no todo ou em parte, o material que for entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela CONTRATADA;

**14.1.3.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

**14.1.4.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no produto.

#### **15. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**15.1.** O recebimento dos bens objeto deste Termo de Referência dar-se-á pelo(s) servidor(es) designado(s) pelas Secretarias participantes deste certame, nos termos do **subitem 8.1**, da seguinte forma:

**15.1.1. Provisoriamente:** no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, pelo(s) responsável(is) pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**15.1.2. Definitivamente:** no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante atesto da Requisição/Pedido de Compras.

**15.2.** Na hipótese de a verificação a que se refere o **subitem 15.1.1** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**15.3.** Somente serão aceitas e enviadas para processo de pagamento as Notas Fiscais acompanhadas da respectiva Requisição/Pedido de Compras e devidamente atestadas pelo(s) responsável(is) pela



gestão da Ata de Registro de Preços, e que espelhem o exposto na referida Requisição/ Pedido de Compra.

**15.4.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes de possíveis vícios redibitórios.

**15.5.** Todos os bens deverão estar acondicionados em embalagens ou, no caso de omissão, em suas embalagens originais, nas quais constarão os dados referentes à sua identificação, à marca do respectivo fabricantes, à data de fabricação a ao prazo de validade, entre outros.

**15.6.** A CONTRATADA deverá entregar o material em condições adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes por rodovias, marítimos, ferroviários e/ou aéreos, sendo a empresa vencedora responsável até a entrega em seu destino final, sem ônus para o CONTRATANTE.

#### **16. DO REAJUSTAMENTO**

**16.1.** Os preços constantes da Ata de Registro de Preços, objeto deste Termo, não sofrerão quaisquer reajustes durante todo o tempo de sua vigência.

#### **17. DO PRAZO DE REGISTRO DE PREÇOS**

**17.1.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo.

#### **18. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1.** Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

**18.2.** *Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão* formular pedido ao órgão gerenciador da ata, com a devida justifica e demonstração da vantagem da adesão pretendida, sem prejuízo do estrito cumprimento das condições exigidas pela Lei nº 8.666/93 e pelo Decreto nº 057/2009.

**18.3.** *Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.*

**18.4.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, consoante o regramento do art. 8º, §3º, do Decreto nº 057/2009, e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos e entidades que porventura venham aderir à ata.



## **19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**19.1.** A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, e o dispostas na própria Ata.

**19.2.** O registro será cancelado quando o adjudicatário:

**19.2.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**19.2.2.** Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**19.2.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**19.2.4.** For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

**19.3.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

**19.3.1.** Por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1.** Os pagamentos serão creditados em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, desde que o pedido seja instruído com:

- f) Nota Fiscal devidamente atestada pelos 02 (dois) Fiscais do Contrato;
- g) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);
- h) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- j) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo.

**20.2.** O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dia, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

**20.3.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento e montagem dos bens, assim como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **21. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**21.1.** O CONTRATANTE poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.





## **22. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**22.1.** A fiscalização da execução do objeto deste Termo será exercida por no mínimo 02 (dois) servidores públicos lotados nas Secretarias participantes deste certame, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, e de tudo dará ciência ao CONTRATANTE.

**22.2.** Os fiscais do CONTRATANTE deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto deste Termo de Referência.

**22.3.** A fiscalização de que trata o **subitem 22.1** não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior; e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de servidores, consoante o disposto no artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

**22.4.** Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **23. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**23.1.** Pela mora na execução e/ou inexecução total ou parcial do objeto definido neste Termo de Referência, o CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as penalidades previstas na legislação pertinente.

**23.2.** Serão aplicadas penalidades no caso de execução do objeto deste Termo em desacordo com as especificações e com a proposta fora dos prazos estabelecidos e quando não forem cumpridas as condições de garantia contra falhas e ou defeitos, tais como:

**23.2.1.** Advertência;

**23.2.2.** Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

**23.2.3.** Suspensão temporária;

**23.2.4.** Declaração de inidoneidade.

### **23.3. Aplicação da Advertência por escrito:**

**23.3.1.** Caso a CONTRATADA infrinja quaisquer das obrigações ajustadas no **Contrato** e for a primeira falta, ser-lhe-á aplicada uma Advertência por escrito. Neste caso, será concedido, formalmente, pela **FISCALIZAÇÃO**, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

### **23.4. Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:**

**23.4.1.** Os servidores designados a exercerem a fiscalização da execução do contrato, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93.



**23.4.2.** A multa à que se referem o art. 86 e o inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93 pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

- e) por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;
- f) por inexecução total ou parcial;
- g) no caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;
- h) no caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 8% (oito por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

**23.5. Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:**

**23.5.1.** Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

**23.5.2.** Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

**23.5.3.** As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

**23.5.4.** As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser a CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, consoante a regra prevista na alínea “f” do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

**23.5.5.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do **Secretário Municipal de Administração**.

**23.5.6.** Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado, será promovido o desconto do valor devido, primeiramente executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

**23.5.7.** A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à **Administração Pública**.

**23.5.8.** Será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.



**23.5.9.** Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo **Secretário Municipal de Administração**.

**23.6. Suspensão temporária:** É a penalidade que suspende a participação em **Licitação** e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado no Diário Oficial.

**23.7. Declaração de inidoneidade:** É a declaração que impede a Empresa **Licitante** ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**23.8.** O processo de pedido de **Declaração de Inidoneidade** da **Licitante** ou CONTRATADA será encaminhado à **Procuradoria Geral do Município** para apreciação, antes de ser publicado.

## **24. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**24.1.** Tendo em vista a natureza do objeto, não serão admitidas subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto do deste Termo, associação da CONTRATADA com outrem, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação não aceita pelo CONTRATANTE, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra empresa e comprometa a execução do contrato.

## **25. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**25.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA  
DAS ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E QUANTIDADES**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE POR SECRETARIA				
			SEMAD <sup>2</sup>	SEMFA <sup>3</sup>	SEMGPIE <sup>4</sup>	SEMDUR <sup>5</sup>	SEMCON <sup>6</sup>
<b>1</b>	Almofada para carimbo nº 4, entintada na “cor azul”, estojo em plástico rígido.	Unidade	50	30	5	0	15
<b>2</b>	Almofada para carimbo nº 03, sem tinta, estojo em plástico rígido.	Unidade	50	20	5	0	15
<b>3</b>	Bloco autoadesivo para recados. Características adicionais: tipo: post-it. Dimensões: 76x102 mm, aproximadamente, Bloco autocolante com 100 folhas. Cor: amarelo.	Pacote	300	250	50	5	100

<sup>2</sup> Secretaria Municipal de Administração.

<sup>3</sup> Secretaria Municipal de Fazenda.

<sup>4</sup> Secretaria Municipal de Gestão e Projetos Especiais.

<sup>5</sup> Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

<sup>6</sup> Secretaria Municipal de Conservação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

4	Bloco autoadesivo para recados. Características adicionais: tipo: post-it. Dimensões: 38x50mm, aproximadamente. Pacote com 04 blocos autocolante com 100 folhas. Cor: amarelo.	Pacote	200	150	50	5	50
5	Borracha plástica, branca, formato retangular, medindo aproximadamente 43x22x12 mm, no mínimo.	Unidade	300	200	100	0	100
6	Clips nº 08, caixa com 25 (vinte e cinco) unidades.	Caixa	150	15	100	3	50
7	Cola líquida branca, lavável, 90g, caixa com 12 (doze) unidades, para uso em papelão e papel, atóxica, com tampa retrátil de rosca, inodora, de primeira qualidade, validade mínima de 01 (um) ano.	Caixa	50	50	1	1	20
8	Colchete de aço metálico nº 14, caixa com 72 (setenta e duas) unidades.	Caixa	100	0	1	30	20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

<b>9</b>	Carimbo Datador Protocolo, composto por: datador e numerador de 06 (seis) algarismos, medindo aproximadamente: 5mmX59mm. Formato data: DD/MM/AAAA, alfanumérico, numerador com 6 dígitos de 0-9.	Unidade	4	0	0	0	7
<b>10</b>	Elástico nº 18, cor amarelo, pacote com 500g.	Pacote	150	30	50	0	50
<b>11</b>	Envelope branco, sem rpc, 75g, medindo aproximadamente 114x229 mm.	Unidade	1.500	0	200	100	5.000
<b>12</b>	Envelope branco, sem rpc, 75g, medindo aproximadamente 114x162mm.	Unidade	2.000	0	100	100	5.000
<b>13</b>	Envelope saco Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 200x280mm.	Unidade	2.000	0	200	100	5.000
<b>14</b>	Envelope saco, branco, 75g, medindo aproximadamente 26x36cm.	Unidade	6.000	300	0	100	5.000
<b>15</b>	Envelope saco, branco, <i>offset</i> , 90g, medindo aproximadamente 24x34cm.	Unidade	3.000	0	0	100	10.000
<b>16</b>	Envelope saco, Kraft natural, 80g,	Unidade	3.000	1.000	0	100	10.000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	medindo aproximadamente 24x34cm.						
17	Envelope saco, Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 31x41cm.	Unidade	2.000	0	0	100	5.000
18	Estilete estreito, trava giratória, largura aproximada da lâmina: 9mm, em aço carbono, extensível interna.	Unidade	100	75	10	0	50
19	Extrator de grampo, em aço galvanizado, tipo espátula, medindo aproximadamente 15cm de comprimento.	Unidade	500	420	40	10	100
20	Fita adesiva, em polipropileno transparente, medindo aproximadamente 19x65mm.	Unidade	200	100	50	20	1.000
21	Fita corretiva para caneta, medindo aproximadamente 4mm x 10m.	Unidade	200	200	50	20	200
22	Grampeador em estrutura de alta resistência, base emborrachada, pintura epóxi, compatível com grampo 26/6, para 40 (quarenta) folhas.	Unidade	200	400	40	20	100
23	Grampo 09x10, galvanizado, caixa com	Caixa	100	0	100	50	200





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	1.000 (mil) unidades.						
<b>24</b>	Grampo 23x10, galvanizado, caixa com 1.000 (mil) unidades.	Caixa	250	80	100	50	200
<b>25</b>	Lapiseira plástica nº 0,7mm.	Unidade	120	0	10	0	100
<b>26</b>	Lapiseira plástica nº 0,5mm.	Unidade	100	0	10	0	100
<b>27</b>	Livro Protocolo Horizontal, capa dura, cor preta, com 100 (cem) folhas, tamanho 1/4, vertical.	Unidade	300	40	0	0	50
<b>28</b>	Marcador permanente para CD/DVD, ponta 2,00mm, cor preta.	Unidade	150	48	10	0	50
<b>29</b>	Pasta com elástico, polionda, 2cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x20mm.	Unidade	300	150	20	0	1.000
<b>30</b>	Pasta com elástico, polionda, 6cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x60mm.	Unidade	400	0	10	0	500
<b>31</b>	Pasta com elástico, polionda, 4cm de lombada, cor azul, medindo	Unidade	400	240	20	0	500



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	aproximadamente 335x250x20mm.						
32	Pasta plástica, com grampo, cor azul, tamanho: ofício.	Unidade	300	240	20	0	500
33	Pasta suspensa Kraft, ofício, com ponteira plástica, completa, medindo aproximadamente 240x360mm.	Unidade	500	0	50	100	500
34	Percevejo latonado, medindo aproximadamente 9,5x10mm, caixa com 100 (cem) unidades.	Caixa	50	0	0	0	50
35	Perfurador de papel com 2 (dois) furos, corpo metálico, apoio da base em polietileno, pinos perfuradores em aço e molas de aço, para 60/70 folhas.	Unidade	150	100	20	0	30
36	Papel Carbono para escrita manual, cor preto, tamanho A4 – Cx. 100 un.	Caixa	50	15	0	100	10
37	Papel sulfite, opaco, liso, branco, 75g, formato A4, medindo aproximadamente 210x297mm, pacote com 500 (quinhentas) folhas.	Resma	5.500	2.500	1.000	500	1.000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

<b>38</b>	Tinta para carimbo, sem óleo, cor azul, com 40ml.	Unidade	100	24	0	0	50
<b>39</b>	Tinta para carimbo, sem óleo, cor preta, com 40ml.	Unidade	50	24	10	0	50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**Pregão Eletrônico nº XXXX/2022 (SRP)**

**Tipo: Menor preço por item.**

**Licitante:** \_\_\_\_\_ **C.N.P.J.:** \_\_\_\_\_

**Tel. Fax:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ **E-mail:** \_\_\_\_\_ **Tel. Celular:**(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Conta Corrente:** \_\_\_\_\_ **Agência:** \_\_\_\_\_ **Banco:** \_\_\_\_\_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	MARCA/FABRICANTE/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Almofada para carimbo nº 4, entintada na “cor azul”, estojo em plástico rígido.	Unidade	100			
2	Almofada para carimbo nº 03, sem tinta, estojo em plástico rígido.	Unidade	90			
3	Bloco autoadesivo para recados. Características adicionais: tipo: post-it. Dimensões: 76x102 mm,	Pacote	705			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	aproximadamente, Bloco autocolante com 100 folhas. Cor: amarelo.					
4	Bloco autoadesivo para recados. Características adicionais: tipo: post-it. Dimensões: 38x50mm, aproximadamente. Pacote com 04 blocos autocolante com 100 folhas. Cor: amarelo.	Pacote	455			
5	Borracha plástica, branca, formato retangular, medindo aproximadamente (43x22x12) mm, no mínimo.	Unidade	700			
6	Clips nº 08, caixa com 25 (vinte e cinco) unidades.	Caixa	318			
7	Cola líquida branca, lavável, 90g, caixa com 12 (doze) unidades, para uso em papelão e papel, atóxica, com tampa retrátil de rosca, inodora, de primeira qualidade,	Caixa	122			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	validade mínima de 01 (um) ano.					
<b>8</b>	Colchete de aço metálico nº 14, caixa com 72 (setenta e duas) unidades.	Caixa	<b>151</b>			
<b>9</b>	Carimbo Datador Protocolo, composto por: datador e numerador de 06 (seis) algarismos, medindo aproximadamente: 5mmX59mm. Formato data: DD/MM/AAAA, alfanumérico, numerador com 6 dígitos de 0-9.	Unidade	<b>11</b>			
<b>10</b>	Elástico nº 18, cor amarelo, pacote com 500g.	Pacote	<b>280</b>			
<b>11</b>	Envelope branco, sem rpc, 75g, medindo aproximadamente 114x229 mm.	Unidade	<b>6800</b>			
<b>12</b>	Envelope branco, sem rpc, 75g, medindo aproximadamente 114x162mm.	Unidade	<b>7200</b>			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

<b>13</b>	Envelope saco Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 200x280mm.	Unidade	<b>7300</b>			
<b>14</b>	Envelope saco, branco, 75g, medindo aproximadamente 26x36cm.	Unidade	<b>11400</b>			
<b>15</b>	Envelope saco, branco, <i>offset</i> , 90g, medindo aproximadamente 24x34cm.	Unidade	<b>13100</b>			
<b>16</b>	Envelope saco, Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 24x34cm.	Unidade	<b>14100</b>			
<b>17</b>	Envelope saco, Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 31x41cm.	Unidade	<b>7100</b>			
<b>18</b>	Estilete estreito, trava giratória, largura aproximada da lâmina: 9mm, em aço carbono, extensível interna.	Unidade	<b>235</b>			





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

19	Extrator de grampo, em aço galvanizado, tipo espátula, medindo aproximadamente 15cm de comprimento.	Unidade	1070			
20	Fita adesiva, em polipropileno transparente, medindo aproximadamente 19x65mm.	Unidade	1370			
21	Fita corretiva para caneta, medindo aproximadamente 4mm x 10m.	Unidade	670			
22	Grampeador em estrutura de alta resistência, base emborrachada, pintura epóxi, compatível com grampo 26/6, para 40 (quarenta) folhas.	Unidade	760			
23	Grampo 09x10, galvanizado, caixa com 1.000 (mil) unidades.	Caixa	450			
24	Grampo 23x10, galvanizado, caixa com 1.000 (mil) unidades.	Caixa	680			
25	Lapiseira plástica nº 0,7mm.	Unidade	230			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

<b>26</b>	Lapiseira plástica nº 0,5mm.	Unidade	<b>210</b>			
<b>27</b>	Livro Protocolo Horizontal, capa dura, cor preta, com 100 (cem) folhas, tamanho 1/4, vertical.	Unidade	<b>390</b>			
<b>28</b>	Marcador permanente para CD/DVD, ponta 2,00mm, cor preta.	Unidade	<b>258</b>			
<b>29</b>	Pasta com elástico, polionda, 2cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x20mm.	Unidade	<b>1470</b>			
<b>30</b>	Pasta com elástico, polionda, 6cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x60mm.	Unidade	<b>910</b>			
<b>31</b>	Pasta com elástico, polionda, 4cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x20mm.	Unidade	<b>1160</b>			
<b>32</b>	Pasta plástica, com grampo, cor azul, tamanho: ofício.	Unidade	<b>1060</b>			
<b>33</b>	Pasta suspensa Kraft, ofício, com ponteira plástica, completa,	Unidade	<b>1150</b>			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	medindo aproximadamente 240x360mm.					
34	Percevejo latonado, medindo aproximadamente 9,5x10mm, caixa com 100 (cem) unidades.	Caixa	100			
35	Perfurador de papel com 2 (dois) furos, corpo metálico, apoio da base em polietileno, pinos perfuradores em aço e molas de aço, para 60/70 folhas.	Unidade	300			
36	Papel Carbono para escrita manual, cor preto, tamanho A4- Cx. 100 un.	Caixa	175			
37	Papel sulfite, opaco, liso, branco, 75g, formato A4, medindo aproximadamente 210x297mm, pacote com 500 (quinhentas) folhas.	Resma	10500			
38	Tinta para carimbo, sem óleo, cor azul, com 40ml.	Unidade	174			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

39	Tinta para carimbo, sem óleo, cor preta, com 40ml.	Unidade	134			
----	--	---------	-----	--	--	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

**ANEXO III**  
**PROPOSTA COMERCIAL**

<b>Proponente:</b>						
<b>Endereço:</b>						
<b>Modalidade:</b> Pregão Eletrônico SRP FMS				<b>Nº</b> ____/2022		
<b>Validade da Proposta:</b> 60 (sessenta) dias				<b>Prazo de Entrega:</b> Conforme TR. (Anexo I)		
<b>CNPJ.:</b>				<b>Insc. Estadual:</b>		
<b>Condições de Pagamento:</b> CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
1	100	Unidade	Almofada para carimbo nº 4, entintada na “cor azul”, estojo em plástico rígido. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
2	90	Unidade	Almofada para carimbo nº 03, sem tinta, estojo em plástico rígido. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
3	705	Pacote	Bloco autoadesivo para recados. - Características adicionais: tipo: post-it. Dimensões: 76x102 mm, aproximadamente, Bloco autocolante com 100 folhas. Cor: amarelo. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
4	455	Pacote	Bloco autoadesivo para recados. - Características adicionais: tipo: post-it. Dimensões: 38x50mm, aproximadamente. Pacote com 04 blocos autocolante com 100 folhas. Cor: amarelo. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
5	700	Unidade	Borracha plástica, branca, formato retangular, medindo aproximadamente (43x22x12) mm, no mínimo. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
6	318	Caixa	Clips nº 08, caixa com 25 (vinte e cinco) unidades. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
7	122	Caixa	Cola líquida branca, lavável, 90g, caixa com 12 (doze) unidades, para uso em papelão e papel, atóxica, com tampa retrátil de rosca, inodora, de primeira qualidade, validade mínima de 01 (um) ano. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
8	151	Caixa	Colchete de aço metálico nº 14, caixa com 72 (setenta e duas) unidades. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

9	11	Unidade	Carimbo Datador Protocolo, composto por: datador e numerador de 06 (seis) algarismos, medindo aproximadamente: 5mmX59mm. Formato data: DD/MM/AAAA, alfanumérico, numerador com 6 dígitos de 0-9.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
10	280	Pacote	Elástico nº 18, cor amarelo, pacote com 500g.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
11	6800	Unidade	Envelope branco, sem rpc, 75g, medindo aproximadamente 114x229 mm.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
12	7200	Unidade	Envelope branco, sem rpc, 75g, medindo aproximadamente 114x162mm.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
13	7300	Unidade	Envelope saco Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 200x280mm.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
14	11400	Unidade	Envelope saco, branco, 75g, medindo aproximadamente 26x36cm.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
15	13100	Unidade	Envelope saco, branco, offset, 90g, medindo aproximadamente 24x34cm.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
16	14100	Unidade	Envelope saco, Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 24x34cm.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
17	7100	Unidade	Envelope saco, Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 31x41cm.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
18	235	Unidade	Estilete estreito, trava giratória, largura aproximada da lâmina: 9mm, em aço carbono, extensível interna.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
19	1070	Unidade	Extrator de grampo, em aço galvanizado, tipo espátula, medindo aproximadamente 15cm de comprimento.  <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

20	1370	Unidade	Fita adesiva, em polipropileno transparente, medindo aproximadamente 19x65mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
21	670	Unidade	Fita corretiva para caneta, medindo aproximadamente 4mm x 10m. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
22	760	Unidade	Grampeador em estrutura de alta resistência, base emborrachada, pintura epóxi, compatível com grampo 26/6, para 40 (quarenta) folhas. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
23	450	Caixa	Grampo 09x10, galvanizado, caixa com 1.000 (mil) unidades. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
24	680	Caixa	Grampo 23x10, galvanizado, caixa com 1.000 (mil) unidades. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
25	230	Unidade	Lapiseira plástica nº 0,7mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
26	210	Unidade	Lapiseira plástica nº 0,5mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
27	390	Unidade	Livro Protocolo Horizontal, capa dura, cor preta, com 100 (cem) folhas, tamanho 1/4, vertical. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
28	258	Unidade	Marcador permanente para CD/DVD, ponta 2,00mm, cor preta. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
29	1470	Unidade	Pasta com elástico, polionda, 2cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x20mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
30	910	Unidade	Pasta com elástico, polionda, 6cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x60mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
31	1160	Unidade	Pasta com elástico, polionda, 4cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x20mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
32	1060	Unidade	Pasta plástica, com grampo, cor azul, tamanho: ofício. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

33	1150	Unidade	Pasta suspensa Kraft, ofício, com ponteira plástica, completa, medindo aproximadamente 240x360mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
34	100	Caixa	Percevejo latonado, medindo aproximadamente 9,5x10mm, caixa com 100 (cem) unidades. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
35	300	Unidade	Perfurador de papel com 2 (dois) furos, corpo metálico, apoio da base em polietileno, pinos perfuradores em aço e molas de aço, para 60/70 folhas. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
36	175	Caixa	Papel Carbono para escrita manual, cor preto, tamanho A4 -Cx. 100 un. - <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
37	10500	Resma	Papel sulfite, opaco, liso, branco, 75g, formato A4, medindo aproximadamente 210x297mm, pacote com 500 (quinhentas) folhas. <b>ITEM NÃO EXCLUSIVO</b>			
38	174	Unidade	Tinta para carimbo, sem óleo, cor azul, com 40ml. - <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
39	134	Unidade	Tinta para carimbo, sem óleo, cor preta, com 40ml. – <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBOEASSINATURADAPROPONENTE						

**Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO IV  
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT	TOTAL
1	100	Unidade	Almofada para carimbo nº 4, entintada na “cor azul”, estojo em plástico rígido. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 9,41	R\$ 941,00
2	90	Unidade	Almofada para carimbo nº 03, sem tinta, estojo em plástico rígido. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 7,00	R\$ 630,00
3	705	Pacote	Bloco autoadesivo para recados. - Características adicionais: tipo: post-it. Dimensões: 76x102 mm, aproximadamente, Bloco autocolante com 100 folhas. Cor: amarelo. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 4,83	R\$ 3.405,15
4	455	Pacote	Bloco autoadesivo para recados. - Características adicionais: tipo: post-it. Dimensões: 38x50mm, aproximadamente. Pacote com 04 blocos autocolante com 100 folhas. Cor: amarelo. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 5,20	R\$ 2.366,00
5	700	Unidade	Borracha plástica, branca, formato retangular, medindo aproximadamente (43x22x12) mm, no mínimo. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 1,10	R\$ 770,00
6	318	Caixa	Clips nº 08, caixa com 25 (vinte e cinco) unidades. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 3,04	R\$ 966,72
7	122	Caixa	Cola líquida branca, lavável, 90g, caixa com 12 (doze) unidades, para uso em papelão e papel, atóxica, com tampa retrátil de rosca, inodora, de primeira qualidade, validade mínima de 01 (um) ano. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 31,40	R\$ 3.830,80
8	151	Caixa	Colchete de aço metálico nº 14, caixa com 72 (setenta e duas) unidades. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 14,34	R\$ 2.165,34
9	11	Unidade	Carimbo Datador Protocolo, composto por: datador e numerador de 06 (seis) algarismos, medindo aproximadamente: 5mmX59mm. Formato data: DD/MM/AAAA, alfanumérico, numerador com 6 dígitos de 0-9. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 73,57	R\$ 809,27



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10	280	Pacote	Elástico nº 18, cor amarelo, pacote com 500g. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 11,96	R\$ 3.348,80
11	6800	Unidade	Envelope branco, sem rpc, 75g, medindo aproximadamente 114x229 mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 0,16	R\$ 1.088,00
12	7200	Unidade	Envelope branco, sem rpc, 75g, medindo aproximadamente 114x162mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 0,27	R\$ 1.944,00
13	7300	Unidade	Envelope saco Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 200x280mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 0,32	R\$ 2.336,00
14	11400	Unidade	Envelope saco, branco, 75g, medindo aproximadamente 26x36cm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 0,68	R\$ 7.752,00
15	13100	Unidade	Envelope saco, branco, offset, 90g, medindo aproximadamente 24x34cm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 0,45	R\$ 5.895,00
16	14100	Unidade	Envelope saco, Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 24x34cm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 0,61	R\$ 8.601,00
17	7100	Unidade	Envelope saco, Kraft natural, 80g, medindo aproximadamente 31x41cm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 0,66	R\$ 4.686,00
18	235	Unidade	Estilete estreito, trava giratória, largura aproximada da lâmina: 9mm, em aço carbonô, extensível interna. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 9,08	R\$ 2.133,80
19	1070	Unidade	Extrator de grampo, em aço galvanizado, tipo espátula, medindo aproximadamente 15cm de comprimento. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 3,72	R\$ 3.980,40
20	1370	Unidade	Fita adesiva, em polipropileno transparente, medindo aproximadamente 19x65mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 3,35	R\$ 4.589,50
21	670	Unidade	Fita corretiva para caneta, medindo aproximadamente 4mm x 10m. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 5,84	R\$ 3.912,80



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

22	760	Unidade	Grampeador em estrutura de alta resistência, base emborrachada, pintura epóxi, compatível com grampo 26/6, para 40 (quarenta) folhas. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 49,27	R\$ 37.445,20
23	450	Caixa	Grampo 09x10, galvanizado, caixa com 1.000 (mil) unidades. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 6,10	R\$ 2.745,00
24	680	Caixa	Grampo 23x10, galvanizado, caixa com 1.000 (mil) unidades. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 6,74	R\$ 4.583,20
25	230	Unidade	Lapiseira plástica nº 0,7mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 3,61	R\$ 830,30
26	210	Unidade	Lapiseira plástica nº 0,5mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 3,49	R\$ 732,90
27	390	Unidade	Livro Protocolo Horizontal, capa dura, cor preta, com 100 (cem) folhas, tamanho 1/4, vertical. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 14,62	R\$ 5.701,80
28	258	Unidade	Marcador permanente para CD/DVD, ponta 2,00mm, cor preta. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 6,72	R\$ 1.733,76
29	1470	Unidade	Pasta com elástico, polionda, 2cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x20mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 5,44	R\$ 7.996,80
30	910	Unidade	Pasta com elástico, polionda, 6cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x60mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 6,29	R\$ 5.723,90
31	1160	Unidade	Pasta com elástico, polionda, 4cm de lombada, cor azul, medindo aproximadamente 335x250x20mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 5,91	R\$ 6.855,60
32	1060	Unidade	Pasta plástica, com grampo, cor azul, tamanho: ofício. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 3,10	R\$ 3.286,00
33	1150	Unidade	Pasta suspensa Kraft, ofício, com ponteira plástica, completa, medindo aproximadamente 240x360mm. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 2,64	R\$ 3.036,00
34	100	Caixa	Percevejo latonado, medindo aproximadamente 9,5x10mm, caixa com 100 (cem) unidades. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 4,23	R\$ 423,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

35	300	Unidade	Perfurador de papel com 2 (dois) furos, corpo metálico, apoio da base em polietileno, pinos perfuradores em aço e molas de aço, para 60/70 folhas. <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 96,98	R\$ 29.094,00
36	175	Caixa	Papel Carbono para escrita manual, cor preto, tamanho A4 -Cx. 100 un. - <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 44,63	R\$ 7.810,25
37	10500	Resma	Papel sulfite, opaco, liso, branco, 75g, formato A4, medindo aproximadamente 210x297mm, pacote com 500 (quinhentas) folhas. <b>ITEM NÃO EXCLUSIVO</b>	R\$ 24,96	R\$ 262.080,00
38	174	Unidade	Tinta para carimbo, sem óleo, cor azul, com 40ml. - <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 4,74	R\$ 824,76
39	134	Unidade	Tinta para carimbo, sem óleo, cor preta, com 40ml. - <b>ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS</b>	R\$ 4,92	R\$ 659,28
<b>Valor total: R\$ 447.713,33</b>					
<b>TOTAL POR EXTENSO: QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE MIL E SETECENTOS E TREZE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS.</b>					



ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

N.º \_\_\_\_/2022

A **Prefeitura Municipal de São Gonçalo**, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100 – Centro, na cidade de São Gonçalo, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 28.636.579/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) **SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, nomeado(a) pela Portaria nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_/2022, publicada no \_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022, **processo administrativo n.º 17.524/2022**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de **material de expediente**, que será utilizado pelas **Secretarias Municipais de Administração (SEMAD), de Fazenda (SEMFA), de Gestão Integrada e Projetos Especiais (SEMGPIE), de Desenvolvimento Urbano (SEMDUR), de Conservação (SEMCON) e demais Secretarias que compõem a estrutura organizacional da Administração direta deste Município**, especificado no **subitem 2.1 do Termo de Referência**, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRP nº \_\_\_\_/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>



### 3. **ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)**

3.1. *São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

### 4. **VALIDADE DA ATA**

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir da data da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo.

### 5. **REVISÃO E CANCELAMENTO**

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou





**5.7.4.** sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**5.8.** O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**5.9.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**5.9.1.** por razão de interesse público; ou

**5.9.2.** a pedido do fornecedor.

## **6. CONDIÇÕES GERAIS**

**6.1.** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

**6.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**6.3.** A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)